

Universidade São Judas Tadeu

Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde

Curso de Psicologia

Gabriela Pacheco Figueredo

Luana Enedina Felix Alves Pereira

Vulnerabilidade Social como Preditor do Comportamento Antissocial em Adolescentes

2021

São Paulo

Universidade São Judas Tadeu

Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde

Curso de Psicologia

Gabriela Pacheco Figueredo

Luana Enedina Felix Alves Pereira

Vulnerabilidade Social como Preditor do Comportamento Antissocial em Adolescentes

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no formato de artigo no Curso de Psicologia Universidade São Judas Tadeu como parte dos requisitos para obtenção do grau de Psicólogo.

Área de concentração: Núcleo Cognitivo-Comportamental

Orientadora: Marina Fernanda Dallaqua

2021

São Paulo

Resumo

Vulnerabilidade social ainda é um conceito recente no Brasil. Alguns estudos mostram a sua relação com comportamentos antissociais. Portanto, o objetivo do presente estudo foi compreender a relação entre vulnerabilidade social e comportamento antissocial em adolescentes. Trata-se de uma revisão integrativa, cujo propósito geral é reunir conhecimentos sobre um tópico, auxiliando nas fundações de um estudo significativo. Para realizar a busca dos artigos foram utilizadas as plataformas LILACS, MEDLINE, Scielo e CAPES. Após as primeiras etapas de triagem e elegibilidade restaram 13 artigos que atendiam a todos os critérios de inclusão ou exclusão. Os principais resultados apontaram uma correlação entre escolaridade, família e saúde mental com comportamento antissocial e vulnerabilidade social. Foi possível perceber que os adolescentes que desenvolvem comportamento antissocial foram expostos a diversos fatores de risco, ou seja, estão presentes em um amplo contexto de privação e vulnerabilidade social. A partir dos resultados foi possível discutir propostas de intervenções e direcionamentos para pesquisas futuras.

Palavras chaves: Vulnerabilidade social; Comportamento antissocial; Adolescentes

Introdução

Vulnerabilidade social ainda é um assunto recente no Brasil e este termo tem sido empregado em diversos campos com diferentes conceitos. Portanto, é fundamental um desdobramento conceitual com a finalidade de fundamentar estudos que se dediquem fortemente à questão de vulnerabilidade (Cançado, Souza, & Cardoso, 2014). Essa nomenclatura tem aparecido gradativamente na literatura acadêmica com o objetivo de ampliar o entendimento das situações sociais tipicamente definidas como de pobreza (Costa et al., 2015).

O conceito de vulnerabilidade surgiu com o aparecimento da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) na década de 1980 e é possível observar que, a princípio, esse conceito estava relacionado à saúde (Scott, Prola, Siqueira, & Pereira, 2018). Partindo desse ponto, Ayres, França Júnior, Calazans e Saletti Filho (2009, citado por Pereira et al., 2016) dissertam que a vulnerabilidade foi inserida em discussões de saúde pública e por conta da sua notoriedade, fez avançar o conceito para além do epidemiológico, concluindo que existem diversas perspectivas diante do assunto. No conceito mais profundo, vulnerabilidade é o resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos e o acesso à estrutura de oportunidades sociais (Figueiredo & Noronha, 2008). Sendo assim, observa-se a vulnerabilidade por fatores multicausais e essa conjuntura cresce nos seguintes cenários: falta de acesso à informação, aos serviços básicos de educação e falta de confiança ou credibilidade na sustentação de estratégias de ação (Guareschi, Reis, Huning, & Bertuzzi, 2007).

Segundo o Instituto Ser Mais (Ser +), uma instituição que possui a missão de promover o desenvolvimento pessoal, social e profissional do jovem em situação vulnerável, a vulnerabilidade social é a composição de vários fatores responsáveis, e a educação precária

faz com que a vulnerabilidade social seja cíclica, se repetindo em toda geração e quando se distancia das condições de acesso, diferentes formas de consequência adversa no desenvolvimento psicossocial são produzidas, como o comportamento de risco. Esse comportamento é composto pelos seguintes fatores: uso de substâncias, comportamento sexual de risco, comportamento suicida, comportamento antissocial, entre outros (Dell’Aglío & Zappe, 2016). Portanto é um comportamento que engloba um conjunto de ações ou atividades humanas, e seu estudo precisa ser compreendido a partir de suas variáveis sociais e psicológicas, não apenas através de critérios biomédicos (Hutz & Koller, 1997). Frequentemente o comportamento de risco é associado à adolescência.

Através da busca de identidade e por vivenciar uma fase de desenvolvimento, os adolescentes tornam-se mais vulneráveis às influências do meio, podendo colocar-se em situações de risco ao experimentar comportamentos diversos, incluindo os antissociais (Studzinski, 2016). Adolescentes normalmente crescem fisicamente, experimentam novas atividades, começam a pensar de modo mais crítico e desenvolvem relacionamentos mais variados e complexos e, portanto, necessitam de uma proteção física, psíquica e moral (Massuia, Menezes, & Pessalacia, 2010). Em virtude disso, cada adolescente tem suas características e suas diferentes formas de vivência nos contextos culturais e sociais em que está inserido (Argenta, Ceolin, Dalegrave, & Zanatta, 2015).

A família e a escola são instituições fundamentais para o desenvolvimento saudável dos adolescentes, onde são incentivados o fortalecimento emocional e o preparo para o enfrentamento da vida (Gequelin & Carvalho, 2007). Dessa forma, a família que mantém os vínculos fortalecidos, permitirá um desenvolvimento físico e psicológico saudável, proporcionando autonomia, responsabilidade e valores. Crianças e jovens com relações

familiares disfuncionais podem ser submetidos a uma variável importante no desenvolvimento do comportamento antissocial (Carvalho & Gomide, 2005).

Dentre os diversos comportamentos que indivíduos antissociais emitem, estão os comportamentos infratores. Nos últimos anos, o número de adolescentes envolvidos em atos infracionais tem aumentado significativamente no país, o que traz à tona a necessidade de entender melhor estes comportamentos (Assis & Feijó, 2004). Uma das variáveis mais importantes que gera esse comportamento é a situação socioeconômica, que tem influência direta no aumento da ocorrência de atos infracionais na adolescência, por causa da pobreza em si (Studzinski, 2016). O jovem, seja por abandono ou por pobreza extrema, entraria pelo caminho da infração como forma de sobreviver e aumentar a renda familiar (Assis & Feijó, 2004).

Os aspectos específicos do ambiente familiar, como baixa renda financeira, falta de emprego, baixa coesão e presença de conflitos e desafetos na família, têm sido considerados preditores da infração juvenil (Assis & Feijó, 2004). Além das características do ambiente familiar, a qualidade das relações interpessoais em outros contextos sociais também pode influenciar a manifestação de condutas desviantes em jovens. Ambientes frequentados pelo adolescente, como a escola, podem estimular o desenvolvimento de comportamentos antissociais nos jovens (Dell'Aglio, Filho, & Nardi, 2016). Além disso, um ambiente escolar negativo pode contribuir para o afastamento do jovem do estudo formal, resultando a baixa escolaridade, uma das características frequentemente encontradas em estudos sobre jovens infratores. A evasão escolar e, conseqüentemente, baixa escolaridade, contribuem para o aumento da vulnerabilidade dos adolescentes, pois esse fator dificulta a inserção satisfatória no mercado de trabalho (Bazon, Silva, & Ferrari, 2013)

Comportamentos antissociais estão correlacionados com vulnerabilidade social. Visto que a vulnerabilidade social é composta por diferentes variáveis e conhecer aquelas que são preditoras do comportamento antissocial permite elaborar intervenções mais eficazes para prevenir ou inibir esse comportamento. Portanto, este estudo tem por objetivo realizar uma revisão integrativa de pesquisas que investiguem o comportamento antissocial de adolescentes e vulnerabilidade social em que foram expostos.

Método

Trata-se de uma revisão integrativa, cujo propósito geral deste estudo é reunir conhecimentos sobre um tópico, auxiliando nas fundações de um estudo significativo. Foi utilizado um delineamento de estudo voltado ao questionamento da vulnerabilidade social como um preditor para o comportamento antissocial dos adolescentes e suas variáveis mediadoras.

Para a realização deste estudo, foram utilizados os seguintes descritores: “vulnerabilidade social”, “adolescentes infratores”, “comportamento antissocial” e “comportamento anti social”. Os descritores foram combinados com os operadores booleanos AND e OR, ou seja: “vulnerabilidade social” AND “adolescentes infratores” AND “comportamento antissocial” OR “comportamento anti social”. O idioma foi limitado ao português, além disso selecionou-se somente estudos realizados com seres humanos, que tivessem textos na íntegra e temas compatíveis ao pesquisado neste trabalho, com limitadores temporais a partir de 2009 até 2021. Quanto à síntese dos dados extraídos, foram realizadas de forma descritiva possibilitando observar, contar, descrever e classificar os dados com o intuito de reunir o conhecimento produzido sobre o tema explorado (Souza, Silva, &

Carvalho, 2010). Os artigos foram consultados nas bases de dados: LILACS (93 artigos), Medline (3 artigos), Scielo (184 artigos) e CAPES (196 artigos).

Conforme mostra o fluxograma (Figura 1), durante a primeira seleção analisou-se somente os títulos, resultando em 71 artigos, LILACS (22 artigos), MEDLINE (1 artigo), Scielo (31 artigos), CAPES (17 artigos). Após essa etapa foi realizada a leitura de todos os resumos, restando 43 artigos para leitura completa, por fim, restaram 13 artigos que atendiam a todos os critérios de inclusão.

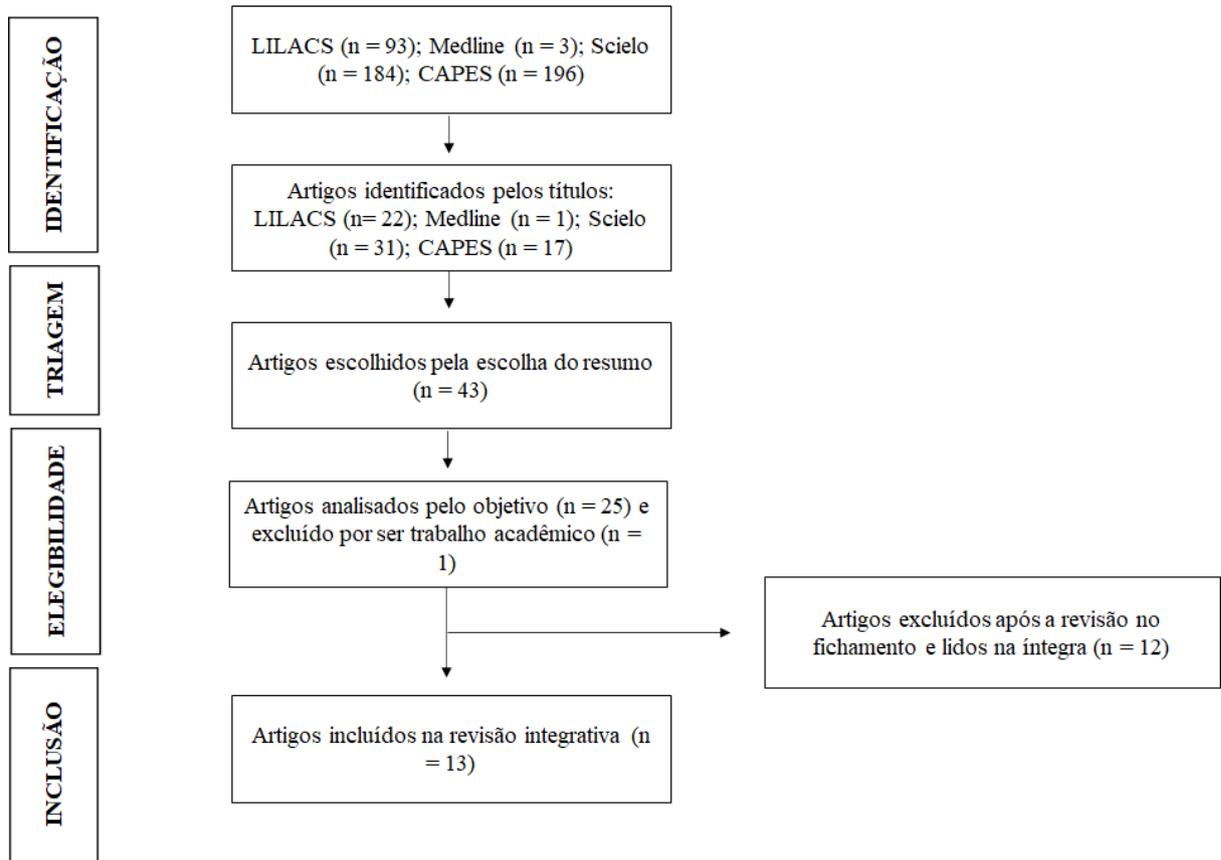


Figura 1. Fluxograma dos artigos encontrados nas bases de dados

Resultados e Discussão

O objetivo do presente estudo foi compreender a relação entre vulnerabilidade social e comportamento antissocial em adolescentes.

Abaixo serão discutidos alguns resultados detalhadamente e para evidenciar os estudos, os tópicos foram divididos em: Objetivo dos estudos; Metodologia; Característica das amostras; Instrumentos utilizados; Escolaridade; Família e Saúde mental.

Tabela 1.

Artigos selecionados para a Revisão Integrativa

Autores/Ano	Tipo de estudo	Objetivo	Participantes	Instrumentos	Resultados
Pacheco & Hutz (2009)	Pesquisa de campo	Investigar variáveis individuais e familiares preditoras do comportamento antissocial.	148 adolescentes autores de atos infracionais, e 163 adolescentes não-infratores.	Entrevista estruturada	O comportamento antissocial de familiares, o número de irmãos, o uso de drogas pelo adolescente, os conflitos na família e as práticas educativas parentais explicaram parte do comportamento infrator.
Morais, Raffaelli, & Koller (2010)	Estudo transversal e exploratório	Caracterizar diferentes perfis de crianças e adolescentes que vivem em situação de vulnerabilidade social.	98 adolescentes divididos em dois grupos, adolescentes moradores de rua e adolescentes que moram com suas famílias.	Inventário de Eventos Estressores; Checklist de sintomas físicos; Escala sobre o Uso de Drogas; Índice Geral de Comportamento Sexual de Risco; Escala de Afeto Positivo e Negativo e Indicador Geral de Mau Ajustamento.	O grupo de moradores de rua apresentou maior número de eventos estressores e piores indicadores de ajustamento (Uso de drogas, sintomas físicos, comportamento suicida, comportamento sexual de risco e afeto negativo). Apenas o número de eventos estressores esteve associado ao mau ajustamento.

Paulino & Lopes (2010)	Pesquisa quantitativa	Avaliar as correlações entre inteligência verbal e não verbal, percepção e intenção de apresentar comportamentos de risco.	48 adolescentes, 22 homens e 26 mulheres, com média de idade de 16 anos.	Escala de Percepção e Intenção de Apresentar Comportamento Arriscado; Bateria de provas de raciocínio; Teste de Matrizes Progressivas de Raven.	Relações entre inteligência e percepção de risco, as habilidades intelectuais superiores ajudam o indivíduo a perceber melhor as situações de risco, mas não garantem a evitação de comportamentos que gerem punições e sanções derivadas do contato com o risco.
Bastos & Grana (2010)	Estudo de campo	Mapeamento de doenças mentais na população em vulnerabilidade social, através do processo de psicodiagnóstico, em caráter de estudo-piloto.	3 pessoas: uma mulher, uma adolescente e um menino.	Entrevistas clínicas, grafismos, H.T.P., Teste das Fábulas de Düss, hora de jogo diagnóstica, técnica de Rorschach, Escalas Wechsler de Inteligência e Teste Gestáltico Visomotor de Bender, do Sistema de Pontuação Gradual.	As avaliações demonstraram ampla vulnerabilidade nos três casos com um fator de risco em comum: o ambiente onde estão inseridos. Foi observado evasão escolar, ausência de rede afetiva entre familiares, espaço que privilegie proteção e influência educativa, ausência de disponibilidade para aprender a lidar melhor com os filhos.
Destro & Souza (2012)	Estudo exploratório e descritivo	Mapear e caracterizar os distúrbios de comunicação oral e/ou escrita em um grupo de jovens infratores, verificando possíveis impactos das dificuldades de linguagem e comunicação na vida social.	40 internos da Fundação Casa.	Teste do Mini-exame do estado mental; Teste Montreal e entrevista semiestruturada	Alto índice de abandono escolar, oriundo de dificuldades em acompanhar conteúdos escolares e se adaptar às regras e dinâmica escolar, indicando impactos das dificuldades de linguagem, especialmente da linguagem escrita, em condição que, associadas a outros fatores, favoreceram os comportamentos infracionais.

Sisto, Cecilio-Fernandes, & Silveira (2012)	Pesquisa de campo	Verificar o funcionamento diferencial dos itens de uma escala de avaliação de tendência à agressividade, comparando infratores e estudantes sem histórico conhecido de delinquência.	41 jovens infratores e 42 jovens universitários.	Escala de Avaliação de Tendência à Agressividade.	O grupo de infratores tendia a ter comportamentos de dissimulação, persuasão pela mentira, intimidação por chantagem, intimidação física, condutas ilegais e ser vingativo. O grupo de universitários se referiram à prática de atos ilegais, intriga, intimidação social, intimidação verbal, manipulação e ser bagunceiro.
Morais, Raffaelli, & Koller (2012)	Pesquisa quantitativa	Identificar e caracterizar quatro casos, caracterizados como os de maior e menor ajustamento de dois grupos de adolescentes.	Quatro participantes, de dois grupos distintos (em situação de rua e que viviam com suas famílias em situação de extrema pobreza).	Entrevista estruturada.	Mesmo sendo do grupo de base-familiar, os participantes tiveram um maior escore de mau ajustamento.
Barbosa & Reis (2016)	Pesquisa de campo	Examinar diferenças em características de personalidade e de comportamento antissocial entre jovens delinquentes institucionalizados.	60 jovens de ambos sexos, institucionalizados.	Questionário demográfico, Antisocial Process Screening Device, Escala de disposição delinquente, Escala geral de delinquência.	Não foram evidenciadas diferenças entre os jovens do sexo feminino e masculino, quanto às medidas de personalidade antissocial, nem de disposição para a delinquência.
Dell'Aglio, Filho & Nardi (2016)	Pesquisa quantitativa	Comparar grupos de estudantes de escola pública e adolescentes em medida socioeducativa de internação quanto ao comportamento	142 adolescentes em medida socioeducativa e 691 estudantes de escola pública.	Questionário de Juventude Brasileira Versão II.	Diferenças significativas entre os grupos quanto ao comportamento antissocial, violência intra e extrafamiliar, uso de drogas e eventos estressores, com médias mais altas no grupo de jovens em medidas socioeducativas.

		antissocial, violência intra e extrafamiliar, uso de drogas e eventos estressores.			
Pereira, Zambalde, Lambert, Costa, Machado, & Botti (2016)	Pesquisa quantitativa	Descrever as características pessoais e familiares entre adolescentes infratores em cumprimento de medida socioeducativa.	40 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.	Teen Addiction Severity Index e Drug Use Screening Inventory.	A maioria relatou que os familiares já tiveram problemas em casa, no trabalho ou com amigos por causa do uso de drogas e alto número de familiares que também apresenta conflito com a lei.
Gadea, Silon, Rosa, Cezar & Dick (2017)	Pesquisa quantitativa	Introduzir reflexões acerca do significado contemporâneo do termo juventude e realizar ponderações importantes em torno do binômio juventude-violência.	Jovens que residem em bairros da cidade de Porto Alegre.	Não utilizou instrumento.	A importância do desenvolvimento de uma “cultura digital” e seu coadjuvante “capital social” para a eventual formulação de uma “nova” política para jovens que vivem em situação de vulnerabilidade social em contextos urbanos.
Costa, Komatsu, Oliveira, & Bazon (2019)	Pesquisa quantitativa	Obter evidências de precisão e de validade de critério de duas de um inventário.	928 adolescentes escolares do sexo masculino.	Questionário de Comportamento Juvenis.	Os resultados de precisão foram insatisfatórios somente para três das 12 escalas do Inventário.
Souza, Panúncio-Pinto, & Fiorati (2019)	Método misto	Analisar a condição de vida de famílias em vulnerabilidade social e sua relação com bem-estar, saúde mental e participação escolar das crianças e adolescentes.	37 famílias de 48 crianças e adolescentes.	Questionário sociodemográfico, mapas corporais narrados e entrevistas semiestruturadas.	Identificou-se um sofrimento emocional por parte das crianças e adolescentes, negligenciado pela família, escola e Estado.

Foram selecionados 13 artigos para esta pesquisa. Os anos de publicação foram de 2009 a 2021, observa-se que em sua maioria os estudos foram publicados nos anos 2010 e 2016, ou seja, não foi observado um aumento do interesse de estudo na área.

Objetivo dos estudos

No que diz respeito aos objetivos dos estudos, em linhas gerais, os artigos tiveram como foco analisar e investigar o comportamento antissocial em jovens adolescentes. Além disso, também houve um artigo que realizou uma validação na população brasileira de um instrumento internacional voltado para avaliar aspectos da personalidade associados à delinquência (Costa et al., 2019). Três dos estudos tiveram como objetivo verificar as condutas típicas entre os jovens (Sisto et al., 2012; Pacheco & Hutz, 2009; Pereira et al., 2016). Outros estudos buscaram analisar a relação da vulnerabilidade social com o comportamento de risco e/ou antissocial (Bastos & Grana, 2010; Gadea et al., 2017; Morais, 2012; Paulino et al., 2010), analisando as consequências dos fatores de risco socioemocionais. Por fim, dois dos artigos utilizaram a variável “família” como o ponto focal para a análise na relação do comportamento antissocial em adolescentes (Pereira et al., 2016; Pacheco & Hutz, 2009).

Apesar de somente quatro artigos terem objetivado o estudo das duas variáveis da presente pesquisa, os outros artigos foram selecionados, pois observou-se que tratavam de situações de vulnerabilidade social mesmo sem o uso da nomenclatura. Ou seja, os artigos selecionados, mesmo quando não utilizam a terminologia “vulnerabilidade social”, mas descreviam situações em que indivíduos foram expostos a riscos, tinham baixa capacidade material ou comportamental para enfrentar e superar desafios (Carneiro & Veiga, 2004), foram selecionados para essa revisão.

Metodologia

A maioria dos estudos selecionados realizaram pesquisa quantitativa (Costa et al., 2019; Dell’Aglío et al., 2016; Gadea et al., 2017; Morais et al., 2012; Paulinio et al., 2010; Pereira et al., 2016). A pesquisa de campo também foi um método utilizado com frequência (Barbosa & Reis, 2016; Bastos & Grana, 2010; Sisto et al., 2012). Outras metodologias escolhidas foram “Estudo exploratório” transversal (Morais et al., 2010) e descritivo (Destro & Souza, 2012), e “Pesquisa de método misto” utilizada em somente um estudo (Souza et al., 2019).

Características das amostras

No total, participaram 2322 pessoas nos estudos selecionados. A maioria dos participantes foram adolescentes e a idade deles variou entre os 11 e 23 anos. Seis estudos utilizaram como participantes adolescentes infratores, sendo que três deles comparou essa amostra com adolescentes escolares (Dell’Aglío et al., 2016; Sisto et al., 2012; Pacheco & Hutz, 2009) e os outros três utilizaram somente esses adolescentes (Barbosa & Reis, 2016; Destro & Souza, 2012; Pereira et al., 2016). Dois estudos selecionaram somente adolescentes escolares (Costa et al., 2019; Paulino & Lopes, 2010). Quatro estudos buscaram estudar famílias em vulnerabilidade social, dois deles comparou algumas variáveis de adolescentes em situação de rua com adolescentes que residiam com suas famílias em situação de vulnerabilidade social (Morais et al., 2010; 2012). Outro estudou somente três jovens proveniente de famílias nessa condição (Bastos & Grana, 2010) e, por fim, o estudo de Souza et al. (2019) investigou as famílias desses adolescentes.

Todos os estudos com infratores foram realizados com adolescentes institucionalizados em medidas de internação. É importante salientar que nem todos adolescentes que cumprem medida por cometer atos infracionais estão sob regime de internação, a maioria cumpre essas medidas em liberdade. Além disso, é importante salientar que apesar de indivíduos com comportamento antissocial emitirem comportamentos que infrinjam regras de um grupo, nem todos os comportamentos são infracionais. No entanto, a persistência desse comportamento e ausência de intervenção podem levar esses indivíduos a emitirem comportamentos infratores (Gomide, Mascarenhas, & Rocha, 2017). Mesmo assim, a maioria das pesquisas que estudam adolescentes com comportamento antissocial buscam suas amostras em instituições de internação, ou seja, com adolescentes infratores, como mostra os resultados dessa revisão.

Instrumentos Utilizados

Em relação aos instrumentos, observa-se que grande parte dos estudos selecionados utilizaram algum tipo de instrumento, escala ou avaliação para auxiliar na análise das amostras. Dois estudos utilizaram escalas voltadas para avaliar a frequência do uso de drogas, *DUSI-R* e *Escala Sobre o Uso de Drogas* (Morais et al., 2010; Pereira et al., 2016). Para caracterizar situações de vulnerabilidade, foram utilizados: *Inventário de Eventos Estressores*, *Escala de Afeto Positivo e Negativo*, *Indicador Geral de Mau Ajustamento* e Questionários demográficos (Barbosa & Reis, 2016; Moraes et al., 2010; Souza et al., 2019). Para mapear comportamentos antissociais e comportamentos agressivos foram utilizados os instrumentos: *Índice Geral de Mau Ajustamento*, *Escala de Percepção e Intenção de Apresentar Comportamento Arriscado*, *Escala de Avaliação de Tendência à Agressividade*, *Antisocial Process Screening Device*, *Escala de Disposição Delinvente*, *Escala Geral de*

Delinquência (Barbosa & Reis, 2016; Morais et al., 2010; Paulinio et al., 2010; Sisto et al., 2012). Alguns autores optaram por estruturar entrevistas conforme a necessidade (Morais et al., 2012; Pacheco & Hutz, 2009).

Escolaridade

Sisto et al. (2012) analisaram dois grupos de jovens, infratores e universitários agressivos, uma das principais características mencionadas é o fato de o nível de escolaridade do grupo infrator ser baixo, tendo vivenciado apenas os anos iniciais da escolarização. Os dois grupos apresentaram condutas relacionadas a ilegalidade, entretanto o conteúdo dessas infrações é diferente, o grupo de infratores relataram em alta frequência: andar armado e depredar patrimônio público, enquanto os universitários indicaram infrações como dirigir carro embriagado e ocupar vagas para deficientes físicos.

Em relação à baixa escolaridade, observou-se em um dos artigos estudados, que no que diz respeito à evasão escolar, muito se dá das dificuldades em acompanhar conteúdos e de se adaptar às regras e dinâmicas escolares (Destro & Souza, 2012). Em dois estudos, observa-se que a média de escolaridade das amostras de grupos infratores muito baixas, entre 5º série a 6º série (Dell’Aglío et al., 2016; Morais et al., 2010).

Além disso, identifica-se uma significativa diferença entre os jovens que estão sob medida socioeducativa e os estudantes em relação à perspectiva de futuro, percebe-se que o primeiro grupo esteve mais exposto a fatores com potencial para causar consequências negativas ao desenvolvimento (Nardi, Filho, & Dell’Aglío, 2016). Patterson, Reid e Dishion (1992), apresentam que o desenvolvimento do comportamento antissocial é marcado por uma sequência de mais ou menos três experiências: (1) as práticas educativas ineficientes dos pais são vistas como determinantes do problema de comportamento na criança; (2) na idade

escolar, essa conduta comportamental infantil leva ao fracasso acadêmico (desobediência e falta de autocontrole pela criança obstruem diretamente o aprendizado) e à rejeição pelos colegas (provocada por comportamento agressivo e coercivo); (3) estes últimos levam, por sua vez, ao aumento no risco de depressão e ao envolvimento com grupos de “rejeitados”. Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais, a educação está definida como princípio indispensável para o exercício da cidadania, conseqüentemente, sem a educação, com grande dificuldade esses adolescentes conseguirá exercer seu papel de cidadão.

Além de se relacionar com comportamentos antissociais, a baixa escolaridade também se correlaciona com vulnerabilidade social. Pesquisas mostram que pessoas que vivem situações de vulnerabilidade social na família tendem a apresentar comportamentos semelhantes na escola. Essas crianças apresentam sentimentos de exclusão, rejeição, perseguição, abandono e hostilidade. É comum também apresentarem baixa tolerância à frustração e instabilidade emocional (Carara, 2017). Em um paralelo com o modelo de Patterson et al. (1992), essas crianças ou adolescentes estão ingressando no terceiro estágio, quando entram em grupos de pares desviantes que possuem comportamentos e sentimentos semelhantes.

Esses dados de pesquisas mostram a importância do ambiente escolar para intervenções a populações vulneráveis e sujeitas ao desenvolvimento do comportamento antissocial. A escola pode ser um ambiente para mitigar essas conseqüências e desenvolver comportamentos pró-sociais.

Família

Conforme teorias descritas anteriormente, o comportamento antissocial começa a se desenvolver no ambiente familiar, muitas vezes em famílias em situação de vulnerabilidade

social. Essas teorias também postulam que a configuração familiar é uma variável relevante para desenvolvimento de tais comportamentos. Os achados desta revisão integrativa corroboram esses dados.

Souza et al. (2019) observou que 89,2% das respondentes ao questionário sociodemográfico são mulheres e são elas que ficam delegadas ao cuidado dos filhos e da casa, bem como o papel de provedora da família. Segundo dados do IBGE de 2013, 88% das brasileiras acumulam tarefas domésticas e trabalho remunerado, os resultados mostram que, apesar de uma alta carga horária diária de trabalho em condições muitas vezes precárias, a renda familiar é baixa e incapaz de suprir as necessidades básicas de seus membros. Fatores relevantes no desenvolvimento desse problema no comportamento infantil é o pouco envolvimento positivo da família e pobre monitoramento e supervisão das atividades das crianças e adolescentes (Patterson, DeBaryshe, & Ramsy, 1989). Dito isso, com a falta de monitoramento parental e com a evasão escolar, esses adolescentes ficam à mercê dos grupos desviantes citado anteriormente, onde aperfeiçoa suas habilidades antissociais, buscando as drogas e cometendo pequenos delitos (Patterson et al, 2002).

Além disso, outras variáveis familiares como o número de irmãos, a monoparentalidade, a drogadição ou outras psicopatologias em membros da família também parecem influenciar o desenvolvimento desses comportamentos nos adolescentes (Patterson et al., 1992). O estudo de Pereira et al. (2016), analisou adolescentes infratores e encontraram como resultado que a maioria dos jovens estudados possuem a presença de história de uso de drogas ilícitas dentro do contexto familiar e de problemas em casa, verificou-se também que 80% dos jovens possuem algum membro da família preso ou que já foi preso. Conclui-se, portanto, que os adolescentes em conflito com a lei, são indivíduos que foram expostos a diversos fatores de risco.

Considerações finais

O conceito de vulnerabilidade social pode ser aplicado a pessoas que vivenciam situações de adversidade em seu cotidiano, ou seja, a vulnerabilidade social pode estar associada a fatores de risco que afetam negativamente as pessoas e seu cotidiano (Moraes et al., 2012). Essa revisão integrativa mostrou que adolescentes com comportamentos antissociais foram expostos a um amplo contexto de risco e vulnerabilidade social. Foram encontradas diversas variáveis relevantes nesse contexto, como a violência doméstica e social, o histórico familiar de alcoolismo/drogadição, negligências diversas por parte dos pais e/ ou responsáveis, sintomas depressivos, evasão escolar, a ausência de rede afetiva entre familiares e espaço que privilegie a proteção e a influência educativa, bem como a ausência de disponibilidade para aprender a lidar melhor com os filhos.

A principal limitação do estudo, no entanto, refere-se ao baixo número de estudos com as informações de vulnerabilidade social e comportamento antissocial em conjunto, e de adolescentes com outros comportamentos antissociais diferentes do infrator. As implicações dos resultados apontam para a necessidade de implementação de políticas de assistência na estratégia da família do SUS, de educação nas escolas, de prevenção e de tratamento destinadas a essas famílias. Entende-se que os fatores que contribuíram para a predição do comportamento antissocial podem ser minimizados, ou reduzidos por meio de intervenções eficientes. A partir dos resultados, sugere-se que esses programas sejam implementados nas escolas, ambiente que pode potencializar fatores de risco e contribuir para continuidade do ciclo da vulnerabilidade social, como também mitigar consequências de fatores estressores.

Sugere-se, portanto, que em estudos futuros sejam delineados e testados programas de intervenção e prevenção.

Referências

- Assis, G. S., & Feijó, C. M. (2004). O contexto de exclusão social e de vulnerabilidades de jovens infratores e de suas famílias. *Estudos de Psicologia*, 9(1), 157-166.
- Argenta, C., Ceolin, R., Dalegrave, D., & Zanatta, A. E. (2015). Situações de Vulnerabilidade Vivenciadas na Adolescência: Revisão Integrativa. *Revista Baiana de Saúde Pública*, 39(1),150-163.
- Barbosa, F., & Reis, A. R. (2017). Tendências de personalidade psicopática e comportamento antissocial em jovens delinquentes do sexo feminino e masculino. *Psychologica*, 60(1), 39-52.
- Bastos, G. A., & Grana, L. (2010). Vulnerabilidade social: O psicodiagnóstico como método de mapeamento doenças mentais. *Psicologia: Ciência e profissão*, 30(3), 650-661.
- Cançado, L. C. T., Souza, S. R., & Cardoso, S. B. C. (2014). Trabalhando o conceito de Vulnerabilidade Social. *XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais*.
- Carara, M. L. (2017). *Dificuldade de aprendizagem e vulnerabilidade social sob a percepção da comunidade escolar*. (Trabalho de Conclusão de Curso). Retirado de <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/02/Artigo-Mariane.pdf>
- Bazon, M. R., Silva, J. L., & Ferrari, R. M. (2013). Trajetórias escolares de adolescentes em conflito com a lei. *Educ. rev.*, 29(2), 175-199. doi: 10.1590/S0102-46982013000200008
- Carneiro, C. B. L., & Veiga, L. (2004). *O conceito de inclusão, dimensões e indicadores*. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Coordenação da Política Social.
- Carvalho, M. C. N., & Gomide, P. I. C. (2005). Práticas educativas parentais em famílias de adolescentes em conflito com a lei. *Estudos de Psicologia*, 22(3), 263-274.

- Costa, A. L., Pereira, S. C. T., & Reis, N. J. (2015). Autor e vítima: A vulnerabilidade social. *Rev. Ter Ocup Univ São Paulo*, 26(2), 258-266.
- Costa, C. R. B. S. F., & Assis, S. G. (2006). Fatores protetivos a adolescentes em conflito com a lei no contexto socioeducativo. *Psicologia & Sociedade*, 18(3), 74-81.
- Costa, R. C. S., Komatsu, A. V., Oliveira, A. B. M., & Bazon, M. R. (2019). Avaliação psicológica em delinquência juvenil: Precisão e validade do Inventário de Jesness: Revisado brasileiro. *Psico (Porto Alegre)*, 50(3).
- Cunha, J. A. (2000). *Fundamentos do psicodiagnóstico*. Porto Alegre: Artmed.
- Dell'Aglio, D. D., Filho, H. N., & Nardi, L. F. (2016). Preditores do Comportamento Antissocial em Adolescentes. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 31(1), 63-70.
- Dell'Aglio, D. D., & Zappe, G. J., (2016). Variáveis pessoais e contextuais associadas a comportamento de risco em adolescentes. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 65(1).
- Destro, C. M. A., & Souza, L. A. P. (2012). Linguagem oral e escrita em adolescentes infratores institucionalizados. *Revista CEFAC*, 14(6), 1020-1027.
- Figueiredo, I., & Noronha, L. R. (2008). A vulnerabilidade como impeditiva/restritiva do desfrute de direitos. *Revista de Direitos e Garantias Fundamentais, Vitória*, (4), 129-146.
- Gadea, C. A., Silon, J., Rosa, F. S. Cezar, M. S., & Dick. H. (2017). Trajetórias de jovens em situação de vulnerabilidade social: Sobre a realidade juvenil, violência intersubjetiva e políticas para jovens em Porto Alegre - RS. *Sociologias*, (45), 258-299.
- Gallo, A. E., & Williams, L.C. A. (2005). Adolescentes em conflito com a lei: uma revisão dos fatores de risco para a conduta infracional. *Psicologia: teoria e prática*, 7(1), 81-95.

- Gomide, P. I. C., Mascarenhas, A. B. D., & Rocha, G. V. M. (2017). Avaliação de uma intervenção para redução de comportamentos antissociais e aumento da escolarização em adolescentes de uma instituição de acolhimento. *Acta Comportamentalia*, 25(1), 25-40.
- Guareschi, N. M. F., Reis, C. D., Huning, S. M., & Bertuzzi, L. D. (2007). Intervenção na condição de vulnerabilidade social: um estudo sobre a produção de sentidos com adolescentes do programa do trabalho educativo. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 7(1), 17-27.
- Gequelin, J., & Carvalho, M. C. N. (2007). Escola e comportamento anti-social. *Ciências & Cognição*, 11, 132-142.
- Hutz, S. C., & Koller, H. S. (1997). Questões sobre o desenvolvimento de crianças em situação de rua. *Estudos de Psicologia*, 2(1), 175-197.
- Lopes, C. S., Faerstein, E., & Chor, D. (2003). Eventos de vida produtores de estresse e transtornos mentais comuns: Resultados do Estudo Pró-Saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, 19(6), 1713-1720.
- Massuia, D., Menezes, S. E., & Pessalacia. R. D. J. (2010). A vulnerabilidade do adolescente numa perspectiva das políticas de saúde pública. *Revista Bioethikos*, 4(4), 423-430.
- Morais, A. N., Koller, H. S., & Raffaelli, M. (2010). Eventos estressores e indicadores de ajustamento entre adolescentes em situação de vulnerabilidade social no Brasil. *Universitas Psychologica*, 9(3), 787-806.
- Morais, A. N., Koller, H. S., & Raffaelli, M. (2012). Adolescentes em situação de vulnerabilidade social e o continuum risco-proteção. *Avances en Psicología Latino-Americana*, 30(1), 118-136.

- Pacheco, B. T. J., & Hutz, S. C. (2009). Variáveis familiares preditoras do comportamento anti-social em adolescentes autores de atos infracionais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 25(2).
- Paulino, J. A., & Lopes, R. F. F. (2010). Relação entre percepção e comportamento de risco e níveis de habilidades cognitivas em um grupo de adolescentes em situação de vulnerabilidade social. *Psicologia: ciência e profissão*, 30(4), 752-765.
- Patterson, G. R., Reid, J. B., & Dishion, T. J. (1992). *Antisocial boys*. Castalia Pub Co.
- Patterson, G., DeBaryshe, B., & Ramsey, E. (1989). A developmental perspective on antisocial behavior. *Psychology, Medicine, The American Psychologist*.
- Pereira, C. C. M., Zambalde, C. G. S., Lambert, C. C., Costa, P. M., Machado, J. S. A., & Botti, N. C. L. (2016). Características pessoais e familiares entre adolescentes infratores. *Revista de enfermagem do centro oeste mineiro*, 6(2), 2212-2222
- Scott, B. J., Prola, A. C., Siqueira, C. A., & Pereira, R. R. C. (2018). O conceito de vulnerabilidade social no âmbito da psicologia no Brasil: Uma revisão sistemática da literatura. *Psicol. Rev*, 24(2). 600-615.
- Sisto, F. F., Cecílio-Fernandes, D., & Silveira, F. J. (2012). Funcionamento diferencial de condutas agressivas em jovens infratores e universitários agressivos. *Estudos e pesquisas em psicologia*, 12(1), 158-174.
- Souza, L. B., Panúncio-Pinto, M. P., & Fiorati, R. C. (2019). Crianças e adolescentes em vulnerabilidade social: Bem-estar, saúde mental e participação em educação. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 27(2), 251-269.
- Souza, T. M., Silva, D. M & Carvalho, R. (2010). Revisão integrativa: O que é e como fazer. *Einstein*, 8(1), 102-106.

Studzinski, G. N. (2016). Fatores de Vulnerabilidade que Influenciam a Conduta Infracional na Adolescência: *Uma Revisão. Rev. Adol. Confl*, (15), 62-69.

Anexos

Normas de submissão da Revista Psicologia: Ciência e Profissão

28/10/2021 12:56

SciELO - Brasil

Jornalista Responsável
André Almeida

Secretaria
Ana Maria Torres de Sousa Maia

Gustavo Siqueira Gonçalves
Arte
Caboverde Tecnologia e Serviços Ltda.

fim /app/opac/webapp/.../data/pages/pcp/pedboard.htm inicio
/app/opac/webapp/.../data/pages/pcp/pinstruct.htm

Instruções aos autores

Escopo e política

A Revista **Psicologia: Ciência e Profissão** é uma publicação trimestral editada pelo Conselho Federal de Psicologia.

Publica textos originais, em português, inglês, espanhol ou francês de relevância científica e social para a produção do conhecimento em psicologia, em uma perspectiva crítica, consonantes com as políticas da profissão e atentos aos Direitos Humanos.

Forma e preparação de manuscritos

O manuscrito submetido a RPCP não pode ter sido publicado em outro veículo de divulgação (revista, livro, etc.) e não pode ser simultaneamente submetido ou publicado em outro meio de divulgação científica ou de pesquisa.

Todas as submissões de manuscritos devem seguir as Normas de Publicação da APA: American Psychological Association. (2010). *Publication manual of the American Psychological Association* (6th ed.). Washington, DC: Author), no que diz respeito ao estilo de apresentação do manuscrito e aos aspectos éticos inerentes à realização de um trabalho científico. A omissão de informação no detalhamento que se segue implica que prevalece a orientação da APA.

Observação: Se uma citação ou trecho de entrevista compreende menos do que 40 palavras, incorpore-a ao texto e a coloque entre aspas duplas. Caso compreenda 40 ou mais palavras, apresente-a em um bloco de texto separado e omita as aspas.

A Psicologia: Ciência e Profissão publica:

1. Estudo teórico / Revisão bibliográfica - Exige-se, na revista, que a pesquisa teórica, nos diferentes campos do conhecimento, contribua para o aprofundamento de um tema ou conceito e

apresente um debate teórico que mapeie o estado da arte, culminando em apontamentos que sugiram uma perspectiva crítica e inovadora no campo da psicologia e suas interfaces. Artigos de revisão bibliográfica que somente mencionam a posição de outros autores sobre conceitos e teorias e que pesquisam ou realizam levantamentos de temáticas em base de dados não serão aceitos por este periódico.

2. Relato de pesquisa – investigações inéditas, de relevância científica, construídas a partir de materiais empíricos. É necessário explicitar os fundamentos teórico- metodológicos, as análises e as discussões decorrentes da pesquisa. Deve ter entre 20 e 25 laudas, não considerando resumos e referências;

3. Relato de experiência - relatos de experiência relacionados à intervenção profissional, que tragam contribuições para as práticas em Psicologia. Deve ter entre 20 e 25 laudas, não considerando resumos e referências.

O título abreviado do periódico é **Psicol., Ciênc. Prof.** que deve ser usado em notas de rodapé e referências.

Os artigos aceitos para a publicação se tornam propriedade da revista.

Caso a autora ou o autor queira divulgar seu trabalho em outro formato deve citar esta primeira publicação.

Preparação dos textos

O texto submetido a RPCP não pode ter sido publicado em outro veículo de divulgação (revista, livro, etc.) e não pode ser simultaneamente submetido ou publicado em outro meio de divulgação científica ou de pesquisa.

Todas as submissões devem seguir as Normas de Publicação da APA: American Psychological Association. (2010). Publication manual of the American Psychological Association (6th ed.). Washington, DC: Author), no que diz respeito ao estilo de apresentação do texto e aos aspectos éticos inerentes à realização de um trabalho científico. A omissão de informação no detalhamento que se segue implica que prevalece a orientação da APA.

Observação: Se uma citação ou trecho de entrevista compreende menos do que 40 palavras, incorpore-a ao texto e a coloque entre aspas duplas. Caso compreenda 40 ou mais palavras, apresente-a em um bloco de texto separado e omita as aspas.

Critérios gerais para avaliação dos manuscritos

- Os trabalhos enviados podem ser redigidos em português, em inglês, em espanhol ou em francês, obrigatoriamente com resumo, abstract e resumen;
- Espaço duplo, fonte Times New Roman, tamanho 12, margens de 2,54 centímetros, texto alinhado à esquerda;
- Textos devem ser submetidos em extensão .doc ou .docx;
- Tabelas e figuras (gráficos e imagens) devem constar no corpo de texto, mas necessariamente em formato editável;

- As páginas não devem ser numeradas;
- O título deve ter até 12 palavras, ser centralizado, em negrito e conter letras maiúsculas e minúsculas;
- O título deve explicitar o(s) fenômeno(s) estudado(s) e a relação com o contexto de investigação;
- O resumo deve corresponder ao desenvolvimento do texto e conter de 150 a 250 palavras, e de 3 a 5 palavras-chave em cada um dos resumos;
- As referências e formas de citação devem seguir as Normas de Publicação da APA: American Psychological Association. (2010). Publication manual of the American Psychological Association (6th ed.). Washington, DC: Author);
- Todos os endereços de páginas na Internet (URLs) incluídos no texto devem estar ativos e prontos para acesso imediato.
- Autores e coautores que estejam com artigo em avaliação não podem submeter um novo até a decisão editorial.

Etapas de avaliação

- Os textos serão avaliados quanto a sua adequação às normas de submissão da Revista. Em havendo equívocos no processo de submissão as autoras e ou os autores serão notificados e o texto arquivado, ficando a critério das autoras e ou dos autores uma nova submissão;
- Os textos aprovados na primeira etapa serão avaliados pela Comissão Editorial em relação a sua coerência com o escopo da revista. Para tanto, a comissão editorial poderá recorrer ao conselho consultivo. Em caso de dissonância o texto poderá ser arquivado e as autoras e ou os autores notificados.
- Os textos aprovados nas etapas anteriores serão submetidos à avaliação de pareceristas *ad hoc*, omitida a identidade das autoras e ou dos autores. Após esta avaliação o texto poderá ser recusado, encaminhado para reformulações ou aceito para publicação. Em todos os casos as autoras e ou os autores serão notificados.

Submissão do textos manuscritos pela(s) autora(s) e pelo(s) autor(es)

As autoras e/ou os autores devem atentar-se às seguintes especificações de envio:

1) Carta à editora

As autoras e/ou os autores devem dar ciência da sua concordância com a publicação do texto à Revista Psicologia: Ciência e Profissão por meio de **carta à editora** assinada por todas as autoras e/ou todos os autores, digitalizada e enviada via Plataforma SciELO como "Documento Suplementar", em PDF, atendendo as seguintes exigências:

- a) Identificar o tipo de texto, conforme especificado no item "Forma e preparação dos textos";
- b) Declarar que o texto não foi submetido ou publicado em outro meio de divulgação científica;
- c) Declarar que os procedimentos éticos de pesquisa foram cumpridos. A Comissão Editorial poderá solicitar documentos relacionados às resoluções vigentes (Resolução CONEP n. 466 de 2012 e/ou Resolução CONEP n. 510 de 2016. Solicita-se não colocar qualquer dado do parecer do comitê de ética no corpo do manuscrito para evitar identificação dos autores.
- d) Caso o artigo tenha mais de 4 autores/autoras, deve ser especificada a contribuição de cada um/uma na concepção e execução da pesquisa e/ou na elaboração do manuscrito.

Somente serão avaliados os textos submetidos à Revista PCP via Plataforma SciELO.

2) Folha de Rosto

A folha de rosto deverá ser enviada via Plataforma SciELO como "Documento Suplementar", contendo:

Título em português (máximo de 12 palavras);

Título em inglês;

Título em espanhol;

Título reduzido;

Nome, titulação e afiliação institucional e/ou profissional, por extenso, de cada um dos autores;

Nomes dos autores como devem aparecer em citações;

Endereço de correspondência do autor ou da autora com o qual a Revista poderá manter contato.

Informação de financiamento de pesquisa pelas agências de fomento quando pertinentes.

Caso o artigo tenha mais de 4 autores/autoras, deve ser especificada a contribuição de cada um/uma na concepção e execução da pesquisa e/ou na elaboração do manuscrito.

3) Apresentação formal do texto

Os textos originais deverão ser submetidos via Plataforma SciELO mediante cadastro do(a) autor(a) na página da Revista PCP (<http://submission.scielo.br/index.php/pcp/about/submissions#author> Guidelines). Para garantir a revisão às cegas, as autoras e ou os autores serão responsáveis por retirar do texto qualquer forma de identificação de autoria.

Os autores e ou as autoras serão comunicados automaticamente sobre o recebimento do texto e poderão acompanhar o processo de editoração eletrônica, utilizando seu nome de usuário e senha. Os

textos somente iniciarão o processo editorial com o registro de todas as autoras e ou todos os autores na página da Revista e de seus respectivos e-mails.

Não há taxas para submissão e avaliação de artigos.

[fim /app/opac/webapp/.../data/pages/pcp/pinstruc.htm](fim/app/opac/webapp/.../data/pages/pcp/pinstruc.htm)

Conselho Federal de Psicologia

SAF/SUL, Quadra 2, Bloco B, Edifício Via Office, térreo sala 105, 70070-600 Brasília - DF - Brasil, Tel.: (55 61) 2109-0100 - Brasília - DF - Brazil

E-mail: revista@cfp.org.br

SciELO - Scientific Electronic Library Online

Rua Dr. Diogo de Faria, 1087 – 9º andar – Vila Clementino 04037-003 São Paulo/SP - Brasil

E-mail: scielo@scielo.org



Leia a Declaração de Acesso Aberto